

RAUL PILLA

**E**STÁ chegando o nosso sistema político à fase última da sua decomposição. E impressionante é a inconsciência com que lhe apressam o fim aquêles mesmos que mais desejam mantê-lo. É que num organismo em degeneração todos os atos se tornam absurdos e contraproducentes e o que impera é a lógica da destruição.

Tal se está verificando com a legislação eleitoral, alicerce do regime democrático representativo. A precariedade, para não dizer inexistência da base eleitoral na chamada República Velha, foi um dos fatores que determinaram a Revolução de 1930. Em consequência, não imediata, mas retardada e trabalhosa, da sua vitória, tivemos o Código Eleitoral, com justiça chamado Assis Brasil. Do ponto de vista das garantias eleitorais era perfeito e apenas apresentava algumas falhas quanto à proporcionalidade da representação, que se deformava em benefício da maioria. Era verdadeiramente uma legislação eleitoral que honrava o país e poderia servir de modelo. O golpe de Estado de 1937, porém, sepultou-a, como destruiu tanta coisa preciosa e dificilmente recuperável.

A redemocratização do país, em 1945, deveria ter logicamente restabelecido a anterior legislação eleitoral, mas, tendo resultado de um compromisso entre ditatoriais e democratas, criou um vergonhoso regime que, não obstante a existência da Justiça Eleitoral e o relativo sigilo do voto, favorece as mais desbragadas fraudes. Inúteis foram tôdas as tentativas para restabelecer, com a identificação fotográfica e dactiloscópica do eleitor, as garantias do Código de 1932.

Com a aproximação da campanha presidencial, procurou-se mais uma vez, já aí com a esclarecida e patriótica iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, corrigir os mais clamorosos defeitos da legislação eleitoral vigente. Se alguma coisa se conseguiu, nada se fez contudo, do que era verdadeiramente essencial à lisura do próximo pleito. Recusou-se, embora por não muito grande maioria, a cédula oficial, ainda que restrita às eleições majoritárias.

Que significa isto? Que estando o regime político em plena decomposição, desprezam deliberadamente os que até agora por êle tem respondido, a oportunidade de restaurá-lo em suas bases e mantê-lo, ao menos, por mais alguns anos.

Não são os adversários do sistema presidencial, senão os que o defendem e exploram, os responsáveis por sua ruína. Ruína do sistema presidencial, o que não seria nenhum mal, e possível ruína, também do próprio regime democrático, o que seria uma calamidade.